

Demonstrações Contábeis 2009

ÍNDICE

BALANÇOS PATRIMONIAIS	02
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	04
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	05
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	06
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS	07
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	08
ADMINISTRAÇÃO	21
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	22
PARECER DO CONSELHO FISCAL	23

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2009	2008
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	261.368	77.915
Aplicações financeiras vinculadas	5	40.036	69.402
Contas a receber:			
Sistema Petrobras	7	98.244	110.289
Outros clientes		2.624	2.701
Tributos antecipados		71.396	63.534
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	87.646	63.002
Demais ativos circulantes		<u>49.359</u>	<u>29.575</u>
Total do ativo circulante		<u>610.673</u>	<u>416.418</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	88.909	121.620
Depósitos judiciais		<u>494</u>	<u>-</u>
		<u>89.403</u>	<u>121.620</u>
Imobilizado	6	2.717.092	2.566.460
Diferido		<u>1.914</u>	<u>4.216</u>
Total do ativo não circulante		<u>2.808.409</u>	<u>2.692.296</u>
Total do ativo		<u>3.419.082</u>	<u>3.108.714</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo	Nota	2009	2008
Circulante			
Fornecedores		59.544	30.630
Provisão para imposto de renda e contribuição social	9	141.708	75.102
Contas a pagar, incluindo adiantamentos – empresas do Sistema Petrobras	7	290.920	161.665
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	7	27.106	18.187
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	45.927	20.789
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	8	70.270	93.004
Dividendos propostos	10	184.000	220.000
Outras contas a pagar		40.015	31.613
Total do passivo circulante		859.490	650.990
Não circulante			
Contas a pagar, incluindo adiantamentos – empresas do Sistema Petrobras	7	914.201	1.075.906
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	7	164.153	220.323
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	8	369.984	588.607
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	132.030	-
Total do passivo não circulante		1.580.368	1.884.836
Patrimônio líquido	10		
Capital social		203.288	203.288
Reservas de lucros		775.936	369.600
Total do patrimônio líquido		979.224	572.888
Total do passivo		3.419.082	3.108.714

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação do capital social)

	2009	2008
Receita operacional bruta de serviços prestados	967.561	940.081
Impostos e contribuições sobre serviços prestados	<u>(157.942)</u>	<u>(168.984)</u>
Receita operacional líquida	<u>809.619</u>	<u>771.097</u>
Custo dos serviços prestados:		
Depreciação do gasoduto e amortização do diferido	(118.289)	(114.893)
Custo de operação e manutenção	<u>(113.422)</u>	<u>(116.571)</u>
Total do custo dos serviços prestados	<u>(231.711)</u>	<u>(231.464)</u>
Lucro bruto	<u>577.908</u>	<u>539.633</u>
Receitas (despesas) operacionais		
Honorários da Diretoria e do Conselho de Administração	(2.473)	(2.650)
Despesas gerais e administrativas	(55.459)	(53.359)
Despesas tributárias	(499)	(740)
Despesas financeiras	(117.618)	(118.221)
Receitas financeiras líquidas (Nota 5)	(8.054)	45.832
Ganho (perda) com variação cambial	<u>508.193</u>	<u>(513.527)</u>
Total das receitas (despesas) operacionais	<u>324.090</u>	<u>(642.665)</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda, da contribuição social e da participação dos empregados	<u>901.998</u>	<u>(103.032)</u>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9)	(306.662)	32.096
Participação dos empregados nos lucros	<u>(5.000)</u>	<u>-</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>590.336</u>	<u>(70.936)</u>
Lucro (prejuízo) por ação do capital social no fim do exercício – (expresso em R\$)	<u>2,90</u>	<u>(0,35)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Legal	Lucros a realizar	Especial		
Saldos em 31 de dezembro de 2007	203.288	40.658	476.927	142.951	-	863.824
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(70.936)	(70.936)
Absorção de prejuízo por reserva	-	-	-	(70.936)	70.936	-
Transferência entre reservas	-	-	(275.807)	275.807	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(220.000)	-	(220.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	203.288	40.658	201.120	127.822	-	572.888
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	590.336	590.336
Destinação do lucro:						
Reserva de lucros a realizar	-	-	184.038	-	(184.038)	-
Reserva especial	-	-	-	222.298	(222.298)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(184.000)	(184.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>203.288</u>	<u>40.658</u>	<u>385.158</u>	<u>350.120</u>	<u>-</u>	<u>979.224</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em milhares de reais)

	2009	2008
Atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	590.336	(70.936)
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício e o caixa proveniente das atividades operacionais		
Depreciação do gasoduto e amortização do diferido	118.289	114.893
Depreciação de outros itens	7.321	7.271
Encargos financeiros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	(392.472)	631.748
Imposto de renda e contribuição social diferidos	165.235	(84.637)
Variações em ativos e passivos		
Redução (aumento) de contas a receber	172.095	(31.655)
Redução (aumento) nos demais ativos circulantes	(29.446)	(23.584)
Aumento de fornecedores e demais passivos de curto prazo	103.212	5.920
	<u>144.234</u>	<u>619.956</u>
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	<u>734.570</u>	<u>549.020</u>
Atividades de financiamento		
Redução (aumento) nos depósitos vinculados	29.367	(8.843)
Recebimentos (pagamentos) de(as) empresas do Sistema Petrobras	68.555	(161.620)
Pagamento de juros a empresas do Sistema Petrobras	(24.707)	(52.515)
Pagamento de juros dos empréstimos subordinados aos demais acionistas	(14.546)	(35.351)
Dividendos pagos atualizados	(233.351)	(152.977)
Pagamento de juros de financiamentos de agências multilaterais de crédito	(28.712)	(33.918)
Amortização de financiamentos de agências multilaterais de crédito	(73.783)	(73.829)
Recursos utilizados nas atividades de financiamento	<u>(277.177)</u>	<u>(519.053)</u>
Atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(273.940)	(141.485)
Recursos utilizados nas atividades de investimento	<u>(273.940)</u>	<u>(141.485)</u>
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>183.453</u>	<u>(111.518)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>77.915</u>	<u>189.433</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>261.368</u></u>	<u><u>77.915</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

(Em milhares de reais)

	2009	2008
Receitas		
Serviços de transportes	964.335	936.927
Outras receitas	3.226	3.154
	<u>967.561</u>	<u>940.081</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(75.916)	(85.095)
Materiais, energia, serviços e outros	(26.115)	(25.482)
	<u>(102.031)</u>	<u>(110.577)</u>
Valor adicionado bruto	<u>865.530</u>	<u>829.504</u>
Retenções		
Depreciação do gasoduto e amortização do diferido	(118.289)	(114.893)
Depreciação de outros itens	(7.321)	(7.271)
	<u>(125.610)</u>	<u>(122.164)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>739.920</u>	<u>707.340</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	(8.054)	45.832
Valor adicionado total a distribuir	<u>731.866</u>	<u>753.172</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	67.002	54.893
Impostos e contribuições federais	396.634	51.562
Impostos estaduais	68.469	85.905
Despesas financeiras	117.618	118.221
Ganho (perda) com variação cambial	(508.193)	513.527
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	590.336	(70.936)
	<u>731.866</u>	<u>753.172</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG (“Companhia”) é uma sociedade anônima constituída em 18 de abril de 1997 pela Petrobras Gás S.A. – GASPETRO, sua controladora, que por sua vez é uma subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, que detém 99,9% do seu capital. A Companhia tem sede no Estado do Rio de Janeiro e três gerências regionais localizadas nas cidades de Campo Grande – MS, Campinas – SP e Florianópolis – SC.

A principal atividade econômica da TBG é a operação do Gasoduto Bolívia-Brasil, de sua propriedade, no lado brasileiro. Atividades associadas ao transporte de gás natural na sua região geoeconômica de influência, incluindo telecomunicação por fibra ótica, também estão contempladas no objeto social da Companhia.

O Gasoduto Bolívia-Brasil percorre 3.150 km desde Rio Grande, na Bolívia, até Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, dos quais 557 km no lado boliviano e 2.593 km no lado brasileiro. A capacidade de transporte do gasoduto é de 30 milhões de m³/dia.

A operação do trecho norte, que se estende desde a fronteira do Brasil com a Bolívia até o Estado de São Paulo, foi iniciada em julho de 1999 e, a do trecho sul, ligando o Estado de São Paulo ao Estado do Rio Grande do Sul, em abril de 2000.

A recuperação dos investimentos no Gasoduto Bolívia-Brasil está garantida pelos contratos de serviços de transporte com duração de 20 a 40 anos, resumidos a seguir, na modalidade *ship or pay*, na qual os clientes se obrigam a pagar pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado:

- (i)** Contrato de transporte de quantidades básicas (TCQ) – para 18 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2019;
- (ii)** Contrato de transporte de quantidades adicionais (TCO) – para 6 milhões de m³/dia, com pagamento antecipado e prazo de duração de 40 anos e vigência até setembro de 2041;
- (iii)** Contrato de transporte de quantidades complementares (TCX) – para 6 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2021; e
- (iv)** Contrato de transporte resultante do Concurso Público de Alocação da Capacidade – CPAC 2007 – para uma capacidade adicional de 5,2 milhões de m³/dia no Trecho Sul do Gasoduto, entre Paulínia e Araucária, com prazo de duração de 20 anos e início previsto para setembro de 2010.

As operações da Companhia são basicamente efetuadas com empresas do sistema Petrobras.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Alguns valores relativos ao exercício anterior foram reclassificados para fins de adequação às demonstrações contábeis do exercício atual, facilitando a comparabilidade.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de fevereiro de 2010.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

As receitas são reconhecidas com base no volume de gás natural contratado na modalidade *ship or pay* e as despesas e custos são reconhecidos quando incorridos. O resultado inclui os rendimentos, encargos e variações cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

b. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da depreciação acumulada, combinado com os seguintes aspectos:

- Durante a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, período pré-operacional da TBG, os juros e demais encargos financeiros dos recursos provenientes dos financiamentos aplicados na construção, líquidos das receitas financeiras, foram acrescidos ao custo do bem;
- A depreciação dos bens do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, pelos prazos mencionados na Nota Explicativa nº 6, que levam em consideração as suas respectivas vidas úteis econômicas;

c. Diferido

O ativo diferido refere-se a despesas pré-operacionais e gastos de estruturação, principalmente de infraestrutura de informática. A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido até sua realização total, por meio de amortização. A amortização do diferido é calculada pelo método linear pelo período de dez anos.

d. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos imobilizado e diferido têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

e. Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo valor líquido de realização.

f. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, pelos correspondentes encargos financeiros e variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

g. Empréstimos e financiamentos

São atualizados, de acordo com as cláusulas contratuais, pelas variações cambiais e juros incorridos até a data do balanço e são mensurados pelo custo amortizado.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

i. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado – em função da depreciação, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente.

j. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa, bancos, aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, através do resultado, se forem mantidos para negociação. A Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia.

k. Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Caixa e bancos	219	2.689
Aplicações financeiras de curto prazo	261.149	75.226
	<u>261.368</u>	<u>77.915</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Estas aplicações são mantidas no Banco do Brasil S.A. e estão representadas por quotas de fundos de renda fixa, que apresentaram valorização de 9,8% no exercício (12,2% em 2008).

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

As aplicações financeiras vinculadas são mantidas no Banco do Brasil S.A. e estão representadas por quotas de fundo cambial, constituídas para proteger o pagamento do serviço da dívida em moeda estrangeira da flutuação do dólar. Tais aplicações financeiras apresentaram desvalorização de 24,2% (valorização de 33,2% em 2008), inferior à desvalorização do dólar, de 25,5% (valorização de 31,9% em 2008), resultando, portanto, em um ganho adicional à proteção cambial dos referidos pagamentos.

Devido à mencionada desvalorização em 2009, foram apuradas perdas financeiras nessas aplicações, que estão apresentadas na demonstração do resultado pelo valor líquido dos rendimentos das aplicações no fundo de renda fixa, conforme a seguir demonstrado:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
(Perdas) ganhos nas aplicações no fundo cambial	(26.798)	27.034
Receita nas aplicações de renda fixa	18.744	18.798
	<u>(8.054)</u>	<u>45.832</u>

Do total das aplicações financeiras vinculadas em 31 de dezembro de 2009, o montante de R\$ 39.555 (2008 – R\$ 68.956) se destina ao pagamento do serviço da dívida dos financiamentos de agências multilaterais de crédito e dos contratos de financiamento de materiais e equipamentos repassados pela Petrobras à TBG, e R\$ 481 (2008 – R\$ 446) destinam-se a projetos específicos de preservação do meio ambiente.

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os ativos do fundo cambial eram compostos substancialmente por títulos públicos federais.

6. IMOBILIZADO

	Tempo estimado de vida útil (anos)	2009		2008	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Gasoduto Bolívia-Brasil (i)	30	3.659.440	(1.400.664)	2.258.776	2.327.469
Imóveis e benfeitorias	25	7.746	(1.989)	5.757	5.820
Móveis, equipamentos e instalações de escritório	10	4.126	(2.244)	1.882	1.942
Máquinas e equipamentos operacionais	10	18.117	(8.703)	9.414	10.811
Equipamentos e instalações de processamento de dados	5	30.299	(22.777)	7.522	10.656
Equipamentos e instalações de comunicação	5	4.593	(2.878)	1.715	1.747
Veículos	5	74	(74)	-	-
Imobilizado em andamento (ii)		432.026	-	432.026	208.015
		<u>4.156.421</u>	<u>(1.439.329)</u>	<u>2.717.092</u>	<u>2.566.460</u>

(i) A vida útil-econômica do Gasoduto Bolívia-Brasil foi determinada com base em laudo técnico de engenharia.

(ii) O imobilizado em andamento inclui investimentos no Projeto Confiabilidade, que objetiva garantir a utilização ininterrupta da capacidade de 30 milhões de m³/dia; a expansão do Trecho Sul do Gasoduto, que objetiva aumentar a capacidade de transporte entre Paulínia e Araucária em 5,2 milhões de m³/dia; e ainda, a construção de novas estações de entrega e melhorias operacionais no Gasoduto.

Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2008	Adições	Saldo em 31/12/2009
Gasoduto Bolívia-Brasil	3.614.706	44.734	3.659.440
Imóveis e benfeitorias	7.500	246	7.746
Móveis, equipamentos e instalações de escritório	3.811	315	4.126
Máquinas e equipamentos operacionais	17.720	397	18.117
Equipamentos e instalações de processamento de dados	26.667	3.632	30.299
Equipamentos e instalações de comunicação	3.988	605	4.593
Veículos	74	-	74
Imobilizado em andamento	208.015	224.011	432.026
	<u>3.882.481</u>	<u>273.940</u>	<u>4.156.421</u>

7. PARTES RELACIONADAS

a. Sistema Petrobras

	2009			2008		
	Petrobras	Gaspetro	Total	Petrobras	Gaspetro	Total
Ativo circulante:						
Contas a receber	92.881	5.363	98.244	60.888	3.019	63.907
Efeito cambial sobre a tarifa	-	-	-	46.382	-	46.382
	<u>92.881</u>	<u>5.363</u>	<u>98.244</u>	<u>107.270</u>	<u>3.019</u>	<u>110.289</u>
Passivo circulante:						
Contas a pagar	12.674	7.325	19.999	15.019	7.564	22.583
Provisão para evento escusável	804	-	804	4.000	-	4.000
Repasse de financiamentos	54.101	-	54.101	91.487	-	91.487
Adiantamentos de clientes	26.925	2.187	29.112	22.457	2.187	24.644
Empréstimos subordinados	-	28.230	28.230	-	18.951	18.951
Efeito cambial sobre a tarifa	158.674	-	158.674	-	-	-
	<u>253.178</u>	<u>37.742</u>	<u>290.920</u>	<u>132.963</u>	<u>28.702</u>	<u>161.665</u>
Passivo não circulante:						
Repasse de financiamentos	73.597	-	73.597	171.202	-	171.202
Adiantamentos de clientes	646.629	23.122	669.751	650.079	25.309	675.388
Empréstimos subordinados	-	170.853	170.853	-	229.316	229.316
	<u>720.226</u>	<u>193.975</u>	<u>914.201</u>	<u>821.281</u>	<u>254.625</u>	<u>1.075.906</u>
Resultado do exercício:						
Receita bruta de serviços prestados	937.418	3.226	940.644	912.674	3.164	915.838
Despesas financeiras	(10.684)	(38.993)	(49.677)	(17.004)	(34.423)	(51.427)
Variações cambiais	208.171	66.228	274.399	(213.760)	(59.344)	(273.104)

Contas a pagar – Gastos de construção do Gasoduto – Petrobras

O saldo dos gastos com a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, a partir do Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Acordo para Pagamento, firmado em 2003 com a Petrobras, foi remunerado com base na variação cambial do dólar norte-americano acrescida de juros de 15% a.a., capitalizados semestralmente.

O regime de capitalização dos juros continua sendo objeto de revisão pelo credor, com a provável substituição do regime semestral pelo regime anual, o que poderá, conseqüentemente, determinar a reversão, em 2010, do saldo existente, estabelecendo-se a quitação da dívida. O saldo em 31.12.2009 é de R\$ 12.674.

Provisão para evento escusável – Petrobras

A provisão refere-se ao chamado “evento escusável”, conforme definido no contrato de prestação de serviços de transporte, em função da indisponibilidade dos sistemas de produção e transporte de gás natural boliviano.

Essa indisponibilidade, caracterizada contratualmente em declaração de “força maior”, ocorreu em abril de 2006, em decorrência de problemas na Bolívia, e em novembro e dezembro de 2008, em decorrência das chuvas no Estado de Santa Catarina, que danificaram o Gasoduto na região do Vale do Itajaí.

No tocante ao primeiro evento na Bolívia, em virtude da redução da oferta de gás natural boliviano e, conseqüentemente, admitida a possibilidade de devolução de parte do faturamento do ano de 2006, foi constituída provisão, no valor de R\$ 47.859, segundo estimativas do carregador, que, em setembro de 2007, procedeu à glosa de R\$ 24.362 no faturamento do mês de agosto, restando, naquele exercício, uma provisão de R\$ 23.497.

As negociações entre a TBG e o carregador durante 2008 permitiram eliminar o saldo da provisão de 2007. A TBG, durante o ano de 2008, realizou intensas negociações com a Petrobras, das quais resultou acordo acerca (i) dos valores relacionados ao evento ocorrido em Quebrada de Los Monos na Bolívia e, (ii) da redação dos instrumentos jurídicos.

Em 13 de agosto de 2009 foi celebrado Termo de Transação Extrajudicial referente a esta pendência. Tendo em vista que a glosa realizada pela Petrobras, no valor de R\$ 24.362, excedeu em R\$ 12.693, referido a agosto de 2007, o valor entendido pelas Partes como devido a título de redução de Encargo de Capacidade, a Petrobras efetuou um pagamento à TBG no valor de R\$ 17.313, com encargos, em agosto de 2009.

Quanto ao evento em Santa Catarina, foi creditado à Petrobras pela TBG, o valor de R\$ 3.196 a título de redução de Encargo de Capacidade associada a tal evento, restando um saldo provisionado de R\$ 804 (R\$ 4.000 em 2008) até que sejam finalizadas as negociações.

Repasso de financiamentos – Petrobras

Tendo iniciado a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil antes da efetiva estruturação organizacional da TBG, a Petrobras firmou contratos de financiamento, no montante de US\$ 415 milhões, para aquisição de materiais e equipamentos com instituições financeiras, sendo a principal delas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES/FINAME, e com agências de crédito à exportação (ECAs) do Japão (J EXIM) e da Itália (Mediocredito).

Em julho de 1998 foram firmados contratos *On-lending* entre a Petrobras e a TBG para repasse desses financiamentos à TBG nas mesmas condições contratadas originalmente pela Petrobras.

Para os financiamentos em dólares dos Estados Unidos da América, os prazos variam de 12,5 a 15 anos com *spreads* de 2,5% a 3% a.a. acima da LIBOR. Nos financiamentos contratados em ienes, os prazos são de 12 anos a taxas variáveis (Japan Long-Term Prime Rate) acrescidas de *spreads* de 3% a.a. ou taxas fixas de 2,3% a 2,5% a.a.. Os financiamentos em libras italianas, posteriormente convertidas em Euros, têm prazos de 10 anos à taxa de 5,17% a.a. e 5 anos à taxa variável (LIBOR) mais 3% a.a.

Esses financiamentos são garantidos por meio do contrato de caução de contas e receitas firmado pela TBG, pela Petrobras, na qualidade de credora caucionária das contas correntes de titularidade da TBG e dos recursos nelas depositados, e pelo Banco do Brasil S.A., como interveniente-anuente.

Abaixo estão demonstrados os vencimentos a longo prazo do repasse de financiamentos:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
2010	-	72.422
2011	49.065	65.853
2012	24.532	32.927
	<u>73.597</u>	<u>171.202</u>

Adiantamentos de clientes

- **Petrobras**

Refere-se a valor recebido em adiantamento do contrato TCO, aportado pela Petrobras, equivalente a US\$ 302 milhões, que foi destinado ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil conforme previsto no “Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças”, e está sendo liquidado através de prestação de serviços num período de 40 anos, a partir de 2001.

Inclui também pré-pagamento para financiamento de expansão do trecho sul e de novas estações de entrega, que serão liquidados através da prestação de serviço, após o término de cada obra.

- **Gaspetro**

Refere-se ao pré-pagamento do aluguel, até 2007 em nome da Dataflux, que foi incorporada pela Gaspetro em março de 2008, de uma parte da faixa de servidão (área de passagem) do Gasoduto pelo período de 20 anos, a partir de 25 de julho de 2001.

b. Operações com acionistas

Empréstimos subordinados

Conforme previsto no “Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças”, a captação dos recursos necessários ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil incluiu aportes de recursos dos acionistas no montante de US\$ 310 milhões, destinados a comportar o orçamento básico do empreendimento. Deste total, 59% foram registrados como empréstimos subordinados e 41% como capital social, ambos integralizados na proporção da participação societária de cada acionista.

Até abril de 2000, os acionistas eram responsáveis, ainda, pelos financiamentos dos gastos administrativos da TBG, que totalizaram US\$ 19 milhões. Deste total, 50% foram registrados como empréstimos subordinados e 50% como capital integralizado, também na proporção da participação societária de cada acionista.

Os empréstimos junto às agências multilaterais de crédito e às agências de crédito à exportação têm condição prioritária de liquidação e por isso são qualificados como dívidas sênior. Os empréstimos obtidos junto aos acionistas deverão ter liquidação subsequente e por isso são qualificados como empréstimos subordinados. Ambos possuem características de longo prazo.

Os empréstimos subordinados totalizam US\$ 192,4 milhões, remunerados à taxa de juros de 15% a.a., capitalizados semestralmente, cujo pagamento do principal ocorrerá após a liquidação dos financiamentos das agências multilaterais de crédito. A substituição do cálculo dos juros no regime semestral pelo regime anual está sendo objeto de revisão pelo Acionista Majoritário, que, uma vez concluída, poderá ensejar proposta de retificação do critério ao Conselho de Administração da Companhia.

O Conselho de Administração poderá determinar a reversão do valor excedente dos juros, que, em 31 de dezembro de 2009, somam R\$ 51.483 (R\$ 75.631 em 2008).

Os saldos dos empréstimos subordinados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, incluindo principal e juros, são:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Passivo circulante:		
Petrobras Gás S.A. – Gaspetro	<u>28.230</u>	<u>18.951</u>
BBPP Holdings Ltda.	16.039	10.760
Transredes do Brasil Ltda.	6.639	4.455
Bear Gás Participações Ltda.	2.214	1.486
AEI América do Sul Holding Ltda.	<u>2.214</u>	<u>1.486</u>
Total dos demais acionistas	<u>27.106</u>	<u>18.187</u>
Passivo não circulante:		
Petrobras Gás S.A. – Gaspetro	<u>170.853</u>	<u>229.316</u>
BBPP Holdings Ltda.	97.152	130.395
Transredes do Brasil Ltda.	40.201	53.958
Bear Gás Participações Ltda.	13.400	17.985
AEI América do Sul Holding Ltda.	<u>13.400</u>	<u>17.985</u>
Total dos demais acionistas	<u>164.153</u>	<u>220.323</u>

Efeito cambial sobre a tarifa

De acordo com termos contratuais, a tarifa de transporte praticada no ano é fixada em janeiro e mensalmente é calculada a diferença entre o valor apurado em reais com a paridade do dólar norte-americano do dia do recebimento, e a tarifa fixada em reais no início do ano. As diferenças apuradas mensalmente são registradas no resultado do exercício em que são apuradas, gerando um valor a receber ou a ressarcir à Petrobras, mediante compensação na tarifa de transporte do ano seguinte, considerando as quantidades previstas nos contratos. No exercício de 2009 foi apurado o montante de R\$ 158.674 a ser ressarcido, em 2010, via redução de tarifa (em 2008 foi apurado o montante de R\$ 46.382 a recuperar, cobrado durante 2009, via aumento de tarifa).

8. FINANCIAMENTOS DE AGÊNCIAS MULTILATERAIS DE CRÉDITO

Em novembro e dezembro de 1998 foram assinados contratos de financiamento com as agências multilaterais de crédito relacionadas a seguir, no montante de US\$ 510 milhões, com prazos variando de 15 a 20 anos, e saques efetuados a partir de 1999, cujos saldos em 31 de dezembro são compostos como se segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	221.687	330.652
Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)	83.862	140.978
Corporação Andina de Fomento (CAF)	62.459	104.906
Banco Europeu de Investimento (BEI)	<u>72.246</u>	<u>105.075</u>
	<u>440.254</u>	<u>681.611</u>
(-) Passivo circulante	<u>(70.270)</u>	<u>(93.004)</u>
Passivo não circulante	<u>369.984</u>	<u>588.607</u>

Abaixo estão demonstrados os vencimentos a longo prazo dos financiamentos de agências multilaterais de crédito:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
2010	-	92.024
2011	70.391	94.478
2012	72.329	97.079
2013	60.970	81.832
2014	33.086	44.408
2015 em diante	<u>133.208</u>	<u>178.786</u>
	<u>369.984</u>	<u>588.607</u>

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Contrato de US\$ 240 milhões à taxa de juros variável determinada pelo Banco (IADB rate), que em 31 de dezembro de 2009 era de 4,66% (5,00% em 2008). A totalidade do valor contratado foi sacada até dezembro de 2001.

Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)

Contrato de US\$ 130 milhões à taxa LIBOR mais 0,5% a.a., que em 2009 foi de 2,04% a.a. (2,83% a.a. em 2008). A totalidade do valor contratado foi sacada até dezembro de 2000.

Corporação Andina de Fomento (CAF)

Contrato de US\$ 80 milhões à taxa dos títulos do tesouro americano (TB) de 10 anos, fixada em 5,881% a.a., acrescida de *spread* de 3% a.a.. O valor total contratado foi sacado de uma só vez em 1999.

Banco Europeu de Investimento (BEI)

Contrato de US\$ 60 milhões à taxa de juros determinada pelo Banco (EIB *internal rate*), fixada em 7,09% a.a.. O valor total contratado foi sacado de uma só vez em 1999.

Os pagamentos do principal e juros dos financiamentos concedidos pelas agências multilaterais de crédito são garantidos pelo Governo Federal (UNIÃO). Por conta de cada contrato de garantia emitido pela UNIÃO em favor das mesmas, foram firmados contratos de contra-garantia, tendo como signatários a UNIÃO, a TBG, a PETROBRAS e o Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG se compromete a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela UNIÃO. O contrato de caução de contas e receitas firmado entre a TBG, a PETROBRAS, na qualidade de credora caucionária das contas correntes de titularidade da TBG e dos recursos nelas depositados, e o Banco do Brasil S.A., como interveniente-anuente, disciplina a vinculação das receitas mencionadas.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

A TBG, fundamentada em estudo técnico que prevê geração de lucros tributáveis futuros, reconhece créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O total de prejuízos fiscais acumulados a compensar, em 31 de dezembro de 2009, é de R\$ 353.802 (R\$ 531.674 em 2008), que geraram R\$ 120.293 (R\$ 180.769 em 2008) de créditos fiscais a compensar, cuja recuperação está estimada para os seguintes exercícios:

2010	31.384
2011	28.946
2012	32.074
2013	27.889
	<u>120.293</u>

a. O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o lucro têm a seguinte origem:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Ativo circulante:		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro a compensar	31.384	59.149
Provisões não dedutíveis temporariamente, principalmente para devolução de receita	56.262	1.360
Efeito da tributação da variação cambial pelo regime caixa	-	2.493
	<u>87.646</u>	<u>63.002</u>
Ativo não circulante:		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro a compensar	<u>88.909</u>	<u>121.620</u>
Passivo circulante:		
Lucro não realizado em operações com empresa de economia mista	18.885	20.789
Efeito da tributação da variação cambial pelo regime caixa	27.042	-
	<u>45.927</u>	<u>20.789</u>
Passivo não circulante:		
Efeito da tributação da variação cambial pelo regime caixa	<u>132.030</u>	<u>-</u>

Os ativos e passivos diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, foram classificados em circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização dos respectivos eventos originários dos saldos.

b. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício, antes dos impostos	896.998	(103.032)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro às alíquotas nominais combinadas (34%)	(304.979)	35.031
Efeito de adições permanentes de despesas não dedutíveis	(1.683)	(2.935)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro registrados no resultado do exercício	<u>(306.662)</u>	<u>32.096</u>

c. Provisão para imposto de renda e contribuição social

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado (Redução) aumento do valor a pagar:	306.662	(32.096)
Pela tributação dos (ganhos) perdas cambiais nas dívidas, decorrente da adoção do regime de caixa	(160.677)	184.174
Pela tributação das provisões, principalmente variação cambial no faturamento (nota 7), somente quando realizadas	53.949	(39.077)
Pelo uso de créditos fiscais diferidos	(60.742)	(32.197)
Pela adição (redução) de outros itens	<u>2.516</u>	<u>(5.702)</u>
Provisão para imposto de renda e contribuição social	<u>141.708</u>	<u>75.102</u>

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o capital social, subscrito e integralizado, estava representado por 203.288.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Os acionistas da Companhia, e suas respectivas participações acionárias, são os seguintes:

- Petrobras Gás S.A. – Gaspetro – 51%;
- BBPP Holdings Ltda. – BBPP – 29%;
- Transredes do Brasil Ltda. – Transredes – 12%;
- Bear Gás Participações Ltda. – 4%; e
- AEI América do Sul Holding Ltda. – 4%.

b. Reservas

• Reserva legal

Foi constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social.

• Reserva de lucros a realizar

Constituída em decorrência do registro de ganhos em operações cuja realização financeira deverá ocorrer após o término do próximo exercício social, nos termos do artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.

• Reserva especial

Constituída com base nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para registrar os lucros que deixarem de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, assim que permitir a situação financeira da Companhia.

O artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações estipula que o saldo das reservas de lucro, excetuadas as reservas de contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendo.

O excesso de reservas apurado no encerramento do exercício social de 2009, de R\$ 187.490, decorre basicamente da proposta de destinação de parte do lucro-base para fins de dividendo, para a constituição de reserva especial, no valor de R\$ 222.298.

Considerando que os Acionistas, em exercícios anteriores, já evidenciaram a sua preferência pelo recebimento de dividendos, ao invés da incorporação dos lucros ao capital social, e que o fundamento da nova reserva especial se repete, qual seja, a aplicação de recursos em projetos prioritários da Companhia com postergação do pagamento de dividendos, a Administração irá propor à Assembleia Geral Ordinária a aprovação da proposta de constituição da reserva especial.

c. Remuneração dos Acionistas

Está assim demonstrado o montante da remuneração dos Acionistas:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	590.336	(70.936)
Transferência da reserva especial	-	142.951
Transferência da reserva de lucros a realizar	-	275.807
Destinação para a reserva de lucros a realizar	(184.038)	-
Lucro-base	406.298	347.822
Retenção em reserva especial	(222.298)	(127.822)
Dividendos propostos	<u>184.000</u>	<u>220.000</u>

11. CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações. Alguns processos foram classificados como sendo de risco possível. Os mais relevantes estão a seguir mencionados, porém a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, não espera perdas financeiras nas ações em curso e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações contábeis.

Contingências passivas

- Auto de infração do Ministério da Fazenda – Secretaria da Receita Federal no RJ – referente a PIS e COFINS sobre ganhos cambiais no ano de 2004. A exposição máxima da TBG, atualizada em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 43.820. No entanto, em 2009, a TBG obteve decisão final favorável do Conselho de Contribuintes na autuação referente à COFINS, que correspondia a maior parte do débito. O processo referente ao PIS ainda se encontra pendente de julgamento, com chances de perda remota tendo em vista o precedente favorável no caso da COFINS foi apresentado recurso na esfera administrativa que se encontra pendente de julgamento.
- Auto de infração da CSPE – Comissão de Serviços Públicos de Energia – SP – A CSPE entende que o aporte de gás natural pela Petrobras ao consórcio Gemini, formado pela Petrobras e White Martins Ltda., a partir do Gasoduto Bolívia-Brasil e através do ramal de transporte da TBG, configura serviço local de gás canalizado, e deveria, portanto, estar sujeito ao disposto na portaria da CSPE. A exposição máxima da TBG, em 31 de dezembro de 2009, é de R\$ 8.000. O recurso administrativo interposto foi julgado improcedente em última instância na reunião do Conselho e Orientação da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARCESP (nova denominação da CSPE), realizada em 28 de fevereiro de 2008, e não há mais recurso cabível em âmbito administrativo. A matéria está sob apreciação do Supremo Tribunal Federal na Reclamação 4.210, com pedido de inclusão em pauta desde o dia 20 de outubro de 2008.
- Autos de infração da Receita Federal do Brasil questionando o não pagamento de IPI e II sob a alegação de que a TBG teria equivocadamente considerados como isentos bens importados para manutenção do Gasoduto. Os autos somam R\$ 1.135 de exposição máxima em 31 de dezembro de 2009. Foi interposto recurso administrativo que se encontra pendente de julgamento.

Contingências ativas

• Recuperação de PIS e COFINS

A TBG ajuizou ação ordinária contra a União perante a justiça federal da seção judiciária do RJ, referente a recuperação, por meio de compensação, dos valores recolhidos a título de PIS incidente sobre receitas financeiras, no período compreendido entre fevereiro de 1999 e novembro de 2002, e COFINS compreendido entre fevereiro de 1999 e janeiro de 2004, considerando a inconstitucionalidade do §1º do art 3º da Lei nº 9.718/98. O valor histórico de R\$ 11.999, relativo à citada ação, não está refletido nas demonstrações contábeis. O processo encontra-se atualmente no Tribunal Regional Federal para julgamento das apelações.

• ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A TBG ajuizou em agosto de 2008 mandado de segurança para excluir das bases de cálculo do PIS e da COFINS os valores pagos a título de ICMS. Em 18 de setembro de 2008, foi publicada decisão do juiz suspendendo o feito por 180 dias, tendo em vista a decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADC 18/2007, que determinou a suspensão de todos os processos relacionados à matéria, até que o STF se pronuncie.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos e também não efetua aplicações de caráter especulativo, seja por meio de instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme o quadro abaixo:

	Nota	31/12/2009	31/12/2008
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4	261.368	77.915
Aplicações financeiras vinculadas	5	40.036	69.402
Contas a receber	7	100.868	112.990
Passivos			
Fornecedores		59.544	30.630
Contas a pagar, incluindo adiantamentos – empresas do Sistema Petrobras	7	1.205.121	1.237.571
Empréstimos e financiamentos	8	631.513	920.121

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos:

a. Risco financeiro

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Tendo em vista o contrato de caução de contas e receitas, a Companhia realiza operações com o Banco do Brasil S.A., o que faz com que este risco seja reduzido.

b. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio do dólar norte-americano e do Iene japonês.

A viabilização financeira do projeto da Companhia baseou-se na contratação de empréstimos e aportes de acionistas, indexados substancialmente ao dólar norte-americano, conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 7 e 8.

A exposição cambial da Companhia em 31 de dezembro de 2009 está concentrada em seus empréstimos e financiamentos, demonstrada a seguir:

Com instituições financeiras e acionistas, em dólar norte-americano
Com instituições financeiras, em Iene

954.574

3.721

958.295

Os adiantamentos recebidos da Petrobras e da Gaspetro (Nota Explicativa nº 8) cujo saldo em 31 de dezembro de 2009 era de R\$ 698.863 (R\$ 700.032 em 2008), não são considerados em risco, tendo em vista que sua liquidação dar-se-á através da prestação de serviços de transporte.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8, as receitas de serviços de transporte são atreladas à variação do dólar norte-americano, conferindo proteção cambial congênita a longo prazo.

Para os compromissos de curto prazo, a Companhia tem como política minimizar o impacto das variações cambiais, através da aplicação de recursos em fundos cambiais atrelados à variação do dólar norte-americano, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4.

c. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus passivos financeiros.

Visando à mitigação desse tipo de risco, os empréstimos e financiamentos da Companhia foram contratados com taxas de juros fixas e variáveis. Parte substancial da dívida tem taxas de juros fixas, e aquelas sujeitas às taxas variáveis foram contratadas junto a instituições multilaterais de crédito ou agências de crédito à exportação que historicamente têm volatilidade menor que as taxas de mercado. Os saldos dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2009 estão assim distribuídos com relação às taxas de juros:

Total com taxas fixas	528.769
Total com taxas variáveis	429.526
	<u>958.295</u>

O custo médio ponderado dos empréstimos e financiamentos em 2009 foi de 5,58% (5,99% em 2008).

13. COBERTURA DE SEGURO

O Gasoduto Bolívia-Brasil encontra-se segurado contra riscos de danos materiais, interrupção de negócios e responsabilidade civil. As coberturas foram contratadas pela Petrobras em nome da TBG. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os valores em risco e os limites máximos de indenização são os seguintes, em milhares de dólares norte-americanos:

Riscos segurados	Valor em risco US\$ mil	Limite máximo de indenização US\$ mil
Danos materiais	1.335.000	70.000
Perda de receita bruta	510.000	107.500
Responsabilidade civil	250.000	250.000

O limite máximo de indenização confere à Companhia a necessária cobertura securitária considerando as características do bem segurado, a probabilidade de ocorrência de sinistros e seu valor de reposição.

Desde o início da operação da TBG, a única utilização do seguro de riscos operacionais se deu por ocasião do sinistro de Santa Catarina, em novembro de 2008, cuja fase de regulação encontra-se em andamento. Em dezembro de 2009, a TBG recebeu o primeiro adiantamento por conta dos gastos incorridos, de R\$ 3.576 equivalentes a US\$ 2 milhões, e representativo de, aproximadamente, 20% dos gastos sujeitos a ressarcimento, exclusive a parcela da franquia.

14. REMUNERAÇÃO DE PESSOAL (EM REAIS)

No exercício de 2009, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigente pela Companhia, pagas no mês de dezembro, foram, respectivamente, de R\$ 39.534,92 e R\$ 35.255,03 (R\$ 36.670,92 e R\$ 32.701,08 em 2008).

A maior e menor remuneração atribuída a componentes da força de trabalho, cujo ônus foi suportado pela Companhia, foram, respectivamente, de R\$ 25.334,01 e R\$ 2.391,97 (R\$ 23.762,68 e R\$ 2.218,69 em 2008). A remuneração média, paga em dezembro, foi de R\$ 8.887,63 (R\$ 8.369,38 em 2008).

15. PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A partir de 1º de agosto de 2009 a Companhia implementou o Plano de Previdência Complementar, denominado Plano Petros TBG. O Plano Petros TBG está estabelecido na modalidade de contribuição definida, para os benefícios previdenciários e possui contribuição variável para os benefícios de risco.

As coberturas de risco abrangem, para o participante, renda de auxílio-doença, renda de aposentadoria por invalidez, e pecúlio por invalidez, e para seus beneficiários abrange pecúlio por morte e renda de pensão por morte.

As contribuições definidas destinam-se à formação de reserva para aposentadoria, possuindo as modalidades de renda de aposentadoria normal, renda de aposentadoria antecipada, e renda de aposentadoria diferida, e foi reconhecida no resultado do exercício conforme as contribuições são efetuadas. No exercício de 2009, a contribuição da Companhia para este plano foi de R\$ 651 mil.

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Dentro do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) diversos pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos durante o ano de 2009 com aplicação mandatória para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e para as demonstrações contábeis de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação.

A Companhia está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos a esses pronunciamentos, interpretações e orientações, os quais poderão ter impacto nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a serem apresentadas comparativamente às demonstrações contábeis relativas ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, bem como sobre os próximos exercícios.

ADMINISTRAÇÃO

MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RICHARD OLM
CONSELHEIRO

LEONES DALL'AGNOL
CONSELHEIRO

ROBERTO SCHLOESSER JUNIOR
CONSELHEIRO

CELSO PEREIRA DA SILVA
CONSELHEIRO

LUCIANA BASTOS DE FREITAS RACHID
DIRETORA SUPERINTENDENTE

ANANIAS FIGUEREDO DE SOUZA
DIRETOR DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO

ANTONIO SERGIO DE CAJUEIRO COSTA
DIRETOR COMERCIAL

ANTONIO CLAUDIO PEREIRA DA SILVA
DIRETOR FINANCEIRO

ROBSON NUNES RIBEIRO
GERENTE DE CONTROLADORIA

RICARDO SOUZA DE HOLANDA
CONTADOR CRC-RJ-040722/O-2

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas da

Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG

Rio de Janeiro – RJ

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG (“Companhia”), levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 1 e 7, as operações da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG são basicamente efetuadas com empresas do Sistema Petrobras e, portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2010.



KPMG Auditores Independentes

CRC-SP-14.428/O-6-F-RJ

Vânia Andrade de Souza

Contadora CRC-RJ-057.497/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual de Atividades e procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, composta do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis acompanhadas do Parecer da Auditoria Independente.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pela Diretoria Financeira e no Parecer da KPMG, que declara que as Demonstrações Contábeis representam adequadamente e sem ressalvas, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da TBG em 31 de dezembro de 2009, o Conselho Fiscal, por unanimidade, entende que as referidas Demonstrações Contábeis estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Relativamente ao resultado do exercício de 2009, representado pelo lucro líquido de R\$ 590.336 mil, a Administração da TBG propõe a seguinte destinação: a) Reserva de Lucros a Realizar no valor de R\$ 184.038 mil; b) Reserva Especial no valor de R\$ 222.298 mil para serem distribuídos como dividendos tão logo a situação financeira da Companhia venha a permitir, caso não sejam absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes; e c) distribuição de dividendos no valor de R\$ 184.000 mil.

Com a constituição da Reserva Especial, o saldo das reservas de lucro ultrapassa em R\$ 187.490 mil o limite estipulado no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações. Desse modo, para que a Reserva Especial, no valor de R\$ 222.298 mil, possa ser constituída, é necessária a aprovação unânime dos Acionistas presentes à Assembleia Geral Ordinária da Empresa.

Considerando as informações econômico-financeiras apresentadas pela Administração da TBG, o Conselho Fiscal opina, por unanimidade, que a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encontra-se apta a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2010.

Hubert Georg Deierl

Júlio César Gonçalves Corrêa

Manuel Domingues de Jesus e Pinho



Praia do Flamengo, 200 - 25º andar

Flamengo - Rio de Janeiro - RJ

CEP 22210-030

Tel.: 21 2555 5800 Fax.: 21 2556 6793

www.tbg.com.br